

CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS

Estudo Técnico Preliminar 149/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: Será informado futuramente

2. Descrição da necessidade

OTORRINOLARINGOLOGIA - A abertura do atual processo tem por finalidade atender às necessidades da Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), no apoio ao usuário do Sistema de Saúde (SISAU), e propiciar as condições necessárias para a realização de procedimentos clínicos e cirúrgicos nas atividades das **Clínicas de Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço**.

A maior parte dos materiais de consumo desta especialidade será utilizado em intervenções cirúrgicas diversas, bem como nos diferentes tempos cirúrgicos de cada uma delas. Alguns itens são utilizados para reabilitação auditiva, cirurgias nasais e outros para patência da via lacrimal. Configuram, assim, materiais necessários ao ótimo desempenho das diversas abordagens cirúrgicas dentro da especialidade de Otorrinolaringologia. A previsão da utilização desses materiais para o exercício 2026 foi realizada a partir do número de cirurgias realizadas em 2024/2025. Acrescentam-se ainda expectativas em relação ao período de vigência de futura contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA (DIRSA)	Brig Med Alexandre de Araújo Melo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Quantitativo mínimo a ser solicitado para cada item: conforme anexo do Termo de Referência – Relação de Itens;

4.1.1 **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta** - Certificado de Registro dos Produtos: emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, não sendo aceitos protocolos de solicitação inicial de registro.

4.2 **Prazo e condições de entrega do material** - O prazo de entrega dos bens é de **até 10 dias úteis**, contados da data de assinatura do contrato ou recebimento de instrumento substitutivo, como a nota de empenho, atos que caracterizam a efetivação do pedido tendo por base a ata registrada, em remessa parcelada, conforme a necessidade da Unidade de Saúde nos seguintes endereços.

OSA	ENDEREÇO	HORÁRIO DE ENTREGA
HCA	Rua Barão de Itapagipe, 167 – Rio Comprido – Rio de Janeiro – RJ. CEP 20.261- 005 Tel. (21) 3501-3282	Das 8:00 às 15:00h , de segunda à quinta, Das 09:00 às 11:00h , nas sextas feiras.
HFAG	Estrada do Galeão, 4101 - Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21941-353. Tel: (21) 2468- 5295	Das 8:00 às 15:00h , de segunda à quinta, Das 09:00 às 11:00h , nas sextas feiras.

HAAF	Av. Marechal Fontenelle, 1628. Campo dos Afonsos Rio de Janeiro-RJ.CEP:21.740-002. Tel:(21) 3289-6838	Das 8:00 às 15:00h , de segunda à quinta, Das 09:00 às 11:00h , nas sextas feiras.
LAQFA	Estrada do Galeão, 4001 - Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21941-353. Tel: (21) 2101- 7400	Das 8:00 às 15:00h , de segunda à quinta, Das 09:00 às 11:00h , nas sextas feiras.

As aquisições destes materiais deverão atender às seguintes condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Oficialização de Demanda (TOD) de cada Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA).

Para os bens solicitados por Organizações de Saúde da Força Aérea Brasileira, **localizadas fora do Estado do Rio de Janeiro**, esses materiais serão entregues de forma centralizada no **LAQFA – Laboratório Químico Farmacêutico da Aeronáutica**.

É obrigatório constar a marca, especificação do produto, lote e data de validade na nota fiscal e na embalagem do produto, assim como, a utilização de embalagem original do fabricante e que essa não apresente sinais de violação ou de mal estado de conservação que suscitem dúvidas quanto à procedência dos produtos e às condições de transporte.

O Produto deverá apresentar Certificado de Registro do Produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, não sendo aceitos protocolos de solicitação inicial de registro;

Os produtos entregues não devem possuir validade inferior a 70% de sua validade plena, de acordo com o estipulado pelo fabricante. Excetuam-se os casos em que, por interesse das OSA, o recebimento do produto poderá ser autorizado com validade inferior a 70% de sua validade plena. Neste caso, a CONTRATADA deverá formalizar o compromisso da troca de todo o quantitativo excedente que porventura venha a vencer, em até 96 horas antes de expirado o prazo de validade. A não observância deste prazo sujeita o fornecedor às penalidades estabelecidas por atraso na entrega: advertência, multa ou quaisquer outras a critério da administração pública.

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, a justificativa será analisada para avaliação de sua pertinência o que não exclui a aplicação das sanções administrativas prevista: multa, advertência e suspensão do SICAF.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A contratada deverá substituir, em qualquer época, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o material entregue e aceito, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado, somente verificável quando de sua utilização.

4.3 Subcontratação - Não será admitida a subcontratação.

4.4 Requisitos de habilitação necessários - Serão exigidos, quando couber, os seguintes documentos complementares para a Habilitação Técnica:

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, de acordo com o disposto nos art. 1º e 2º da Lei 6.360/76, cópia do Diário Oficial da União (DOU).

LICENÇA SANITÁRIA DE FUNCIONAMENTO, expedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da Licitante (conforme previsto no Art. 21 da Lei nº 5.991 de 17 de setembro de 1973).

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE FORNECIMENTO: em outros órgãos públicos ou privados para comprovação da aptidão para fornecimento dos mesmos, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Notas Fiscais que comprovem o fornecimento, caso seja solicitado essas notas fiscais para esclarecer dúvidas sobre a fidedignidade dos atestados de capacidade técnica.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

A exigência de atestado de capacidade técnica, justifica-se pela necessidade de comprovação de que a licitante possui competência e capacidade de cumprir o objeto da licitação e realizar execução integral do contrato nas diversas Organizações de Saúde da Aeronáutica requisitantes, tendo em vista que os materiais licitados são primordiais para o funcionamento dos ambientes hospitalares, os quais são extremamente sensíveis devido a relação direta com a saúde dos usuários e pacientes.

4.5 Da qualificação econômico-financeira: considerando que os materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço** são essenciais para atendimento nos ambientes hospitalares, bem como o alto valor agregado da futura licitação, é necessário que a futura contratada demonstre saúde financeira suficiente para assegurar a execução integral do objeto nas Organizações de Saúde da Aeronáutica requisitantes.

Serão exigidos para fins qualificação econômico-financeira os seguintes índices:

Liquidez Geral (LG): indicador financeiro cujo objetivo é mensurar a capacidade de uma organização de cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo. Isto é, se a licitante tem condições de arcar com suas dívidas.

Liquidez Corrente (LC): indicador financeiro utilizado para analisar o potencial de uma companhia em arcar com o pagamento de suas dívidas e compromissos financeiros no curto prazo.

Solvência Geral (SG): expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Os índices acima mencionados deverão ser superiores a 1 (um).

A licitante também deverá apresentar certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, de modo a atestar ausência de pedido de falência pela empresa.

Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices mencionados anteriormente, será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

Ressalta-se que esse critério somente será considerado quando a licitante não atender os índices financeiros acima mencionados, que refletem a saúde financeira da empresa. Portanto, não restringindo a competitividade.

Adotou-se a opção de patrimônio líquido, uma vez que reflete a solidez financeira da licitante, por permitir a avaliação de sua saúde financeira e seu valor contábil.

5. Da vedação da participação de consórcios

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seu artigo 15 atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcios, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

Ressalta-se que a referida decisão com relação a vedação à participação de consórcios, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços/fornecimentos, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os pregões.

6. Da classificação dos bens comuns

O objeto do presente processo é **bem comum**, pois os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Estudo, mediante descrição usual de mercado dos materiais a serem licitados. Por conseguinte, enquadra-se no disposto do inc. XIII do art. 6º e art. 29, ambos da Lei 14.133, de 2021.

7. Do afastamento de ME/EPP

7.1 Cotas Reservadas para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas

Preliminarmente, esta COAT ressalta que o objeto deste pregão consiste na aquisição de Materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço**, ou seja, itens a serem empregados diretamente na atividade-fim no cuidado médico nas Organizações de Saúde do Comando da Aeronáutica.

Desta forma, tais materiais impactam diretamente na assistência aos pacientes, tanto em apoio diagnóstico como em acompanhamento de rotina e recuperação da saúde.

Outrossim, para que se tenha um nível de excelência nestas atividades, é imprescindível que haja padronização dos materiais, a fim de que se evite erros hospitalares pela existência de diversas marcas para cada item.

A importância na padronização destes materiais não se limita apenas na gestão do estoque, mas sim no desenvolvimento de diferentes procedimentos e ações de saúde, na capacidade de otimizar a dinâmica do atendimento e na redução de falhas humanas no atendimento ao paciente.

Importante destacar que no Decreto nº 8.538/2015, em seu artigo 10, inciso II, há a previsão de dispensa da reserva de cotas previstas no artigo 8º, conforme texto a seguir:

"Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º, quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente."

Portanto, em virtude da peculiaridade do objeto da licitação, a Administração opta por dispensar a reserva de cotas para ME/EPP dos itens de ampla participação.

7.2 Da ausência de itens/grupos com participação exclusiva às ME, EPP e equiparados

Considerando que a aquisição pretendida tem por objeto Materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço** para atender às necessidades de Organizações de Saúde do Comando da Aeronáutica, não se pode desconsiderar que a enorme gama de fornecedores interessados em participar do certame se constitui de fabricantes e distribuidoras que não ostentam a condição de microempresas e empresas de pequeno porte. Isso sobretudo pela natureza essencialíssima do objeto e pelo volume de recursos a serem empregados na referida atividade.

Ademais, não se pode afirmar que no caso concreto, uma vez que não é possível afirmar que, atualmente, existam 3 (três) microempresas e empresas de pequeno porte, no mínimo, capazes de cumprir as exigências editalícias de entrega de materiais.

Vale trazer a baila, o entendimento do Professor Ronny Charles Lopes de Torres, segundo o qual:

Na área da saúde, onde o atendimento das pretensões contratuais, de forma célere e eficiente, pode representar não apenas a melhora na prestação, mas a própria proteção às vidas que precisam diretamente daquele serviço, equipamento ou produto, a busca da solução para os dilemas vivenciados tem se tornado alarmante.

Nesse contexto, com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa para Administração, de maneira a melhor atender aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica, incentivando a participação no certame do maior número de empresas possíveis em todos **os itens**, observando os princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, optou-se pela ausência de previsão de **itens** com participação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados.

8. Amostras

Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pela análise de documentos de especificação técnica do produto ofertado e catálogos fornecidos, o pregoeiro, a pedido da comissão técnica, exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta dentro de **5 (cinco) dias úteis** contados da solicitação.

A solicitação de amostras é uma etapa fundamental para assegurar a eficiência e a qualidade na aquisição de materiais de consumo destinados à **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço**.

Dada a natureza específica e sensível dos procedimentos da especialidade, é imprescindível que os produtos a serem adquiridos apresentem características compatíveis com as necessidades clínicas /cirúrgicas. A simples análise descritiva das especificações técnicas dos fornecedores e dos seus catálogos nem sempre é suficiente para garantir a adequação do produto ao uso final. Assim, a apresentação de amostras permite uma avaliação prática e objetiva do produto.

A importância do pedido de amostra se justifica, ainda, pela necessidade de evitar aquisições equivocadas, que podem comprometer a segurança do paciente, a eficácia do tratamento ou mesmo ocasionar prejuízos financeiros à Administração Pública por compras inadequadas ou produtos de baixa durabilidade.

Portanto, a solicitação de amostras é medida necessária, preventiva e estratégica, que visa garantir a correta especificação dos materiais no processo licitatório, promovendo uma contratação mais eficiente, segura e vantajosa para a Administração Pública.

As amostras deverão ser entregues ao responsável pela Comissão de Apoio Técnico (COAT) de **Otorrinolaringologia** ou outro agente da administração formalmente designado, no Hospital Central de Aeronáutica (HCA), Rua Barão de Itapagipe nº167, Rio Comprido, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.261- 005 – UTI neonatal – 5º andar, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com relação à capacidade técnica especificada em

lei, comprovação de Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Saúde e se for caso de material que seja Equipamento de Proteção Individual (EPI) de fabricação nacional ou importada, aquele produto ou dispositivo que vise à proteção da saúde e integridade física da pessoa, deve constar o respectivo Código de Aprovação (CA), segundo Norma Regulamentadora nº 6 em seu item 6.9.3 (NR 6) do Ministério do Trabalho e Emprego, portanto devidamente registrados nos órgãos competentes.

Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Ressaltamos que as amostras deverão ser identificadas com o nome do licitante, número e item do pregão e bula ou manual com especificações, constando ainda data de fabricação, lote, prazo de validade, número de registro na ANVISA e, se for o caso, CA e especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, conforme modelo de identificação de amostras Anexo do Termo de Referência.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: resistência, durabilidade, embalagem, validade visível, manuseio, acabamento, características técnicas, instruções de uso e outros a critério da Comissão.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 2 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Caberá à Comissão de Apoio Técnico aos Pregões de Materiais de **Otorrinolaringologia** a decisão no julgamento mediante emissão do Parecer Técnico.

As amostras serão testadas e poderão ser rejeitadas, quando em desacordo com as especificações mínimas de qualidade, compatibilidade e consonância ao disposto no instrumento convocatório.

No caso da hipótese acima, será elaborada Ficha de Parecer Técnico, anexo do TR, por membro da Comissão de Apoio Técnico (COAT) do objeto deste certame, contendo embasamento de cunho técnico para tal decisão.

O CAE não recebe amostras e não realiza logística de envio das mesmas às Organizações de Saúde avaliadoras.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi baseada nas necessidades de cada Organização de Saúde da Aeronáutica (OSA) apoiadas pelo Centro de Aquisições Específicas (CAE) e detalhadas no Termo de Oficialização da Demanda (TOD) para Participação em Registro de Preços, constante dos autos do processo.

10. Levantamento de Mercado

Inicialmente, vale mencionar que o Serviço de Saúde da Aeronáutica tem sua origem na década de 40, com a criação do Quadro de Saúde da Aeronáutica. Somente após o transcurso de mais de três décadas, passou a funcionar como um sistema integrado, com a criação do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU), através da Portaria nº 68/GM3, de 22 de janeiro de 1976.

De acordo com a Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica (NSCA) 160-4, de 2022, que trata acerca da organização e funcionamento do Sistema de Saúde da Aeronáutica, a estruturação funcional do SISAU segue o conceito de Rede de Atenção à Saúde (RAS), com elos executores em arranjos organizativos poliárquicos, abrangendo diferentes complexidades e densidades tecnológicas, interagindo entre si através da governança colaborativa.

Além disso, o SISAU é estruturado de acordo com dois princípios fundamentais, quais sejam: o da regionalização e o da complexidade crescente. As atividades de saúde no Comando da Aeronáutica COMAER são aquelas necessárias à consecução dos objetivos da Força Aérea Brasileira, nos campos da assistência médico-hospitalar, da saúde operacional, da logística de saúde e das atividades de planejamento, orçamento e gestão na saúde.

Diante disso, a FAB dispõe de recursos humanos para atender às necessidades do SISAU, os quais são planejados e organizados de modo a prever e prover o sistema quantitativamente e qualitativamente, em fluxo contínuo e permanente, de pessoal técnico necessário ao cumprimento da missão. Sendo que as especialidades profissionais e o dimensionamento do efetivo são definidos em acordo com o nível de atenção à saúde vocacionado para cada elo de saúde, com base no adensamento populacional, densidade tecnológica e considerando o perfil epidemiológico do público a ser atendido.

Dessa forma, considerando a necessidade descrita neste Estudo Técnico Preliminar, constatou-se a existência das seguintes soluções para a devida aquisição de materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço** para as Organizações de Saúde da Aeronáutica.

SOLUÇÃO A - Contratação de Plano de Saúde Coletivo para atendimento dos Militares e Dependentes

Contratação de operadora de plano de saúde com registro no órgão regulador (ANS – Agência Nacional de Saúde), com a finalidade de prestar assistência de saúde necessária. Nesta possível solução para a necessidade de materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço** para viabilizar os atendimentos aos usuários do SISAU, além dos materiais, seriam considerados no valor contratado todo o custo de infraestrutura, recursos humanos e custo de materiais de consumo a serem aplicados nos atendimentos aos beneficiários do SISAU.

Dessa forma, considerando que a infraestrutura e organização do Sistema de Saúde da Aeronáutica é composta por cerca de 27 unidades de saúde, distribuídas entre hospitais e grupos de saúde em todo o território nacional, bem como possui o efetivo qualificado para a referida prestação de atendimentos e serviços, composto por oficiais e graduados nas áreas médicas, odontológicas, farmacêutica, nutricional dentre outras, tal solução não se mostra aplicável à realidade do COMAER.

SOLUÇÃO B - Licitação para Aquisição de Materiais de Consumo para atender às necessidades

Nesta solução, a licitação teria por objeto a aquisição de materiais de consumo com o objetivo de suprir às necessidades de materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço** que são utilizados no atendimento aos usuários do SISAU. Tal solução pode ser realizada duas formas, que serão detalhadas a seguir:

SOLUÇÃO B.1 - Aquisição de materiais de consumo para suprimento das necessidades

Nessa solução, a licitação selecionaria empresas aptas a fornecerem os materiais de consumo necessários para a realização das atividades hospitalares com o objetivo de suprir às necessidades de materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço** que são utilizados no atendimento aos usuários do SISAU.

Essa alternativa, poderia vir a restringir a competitividade em futura licitação, uma vez que apenas os materiais compatíveis com os equipamentos de propriedade das OSA seriam aceitos. Além disso, na hipótese de atualização tecnológica dos equipamentos, as OSA teriam que adquirir novos equipamentos, por meio de novas licitações

SOLUÇÃO B.2 - Aquisição de materiais de consumo e disponibilização dos equipamentos necessários em regime de comodato.

Nessa solução, a licitação selecionaria empresas aptas a fornecerem os materiais de consumo necessários para a realização das atividades hospitalares e, quando necessário, as contratadas forneceriam em regime de comodato os equipamentos para a devida utilização dos materiais de consumo adquiridos. Vale ressaltar que a possibilidade de fornecimento de materiais de consumo com disponibilização de equipamentos em regime de comodato permite que as OSA acompanhem as atualizações tecnológicas e prestem atendimento de maior qualidade aos pacientes.

Esse formato de contratação garantiria um abastecimento seguro dos materiais necessários, com previsão de fornecimento de equipamentos compatíveis em regime de comodato. Assim, esta solução se mostra a mais adequada às necessidades das Organizações de Saúde da Aeronáutica.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.402.668,58

A estimativa do valor da contratação foi definida com base nos valores já consolidados no Documento de Formalização da Demanda (DFD) número **472/2025**, do presente processo, o qual integra os autos.

Dessa forma, o valor global estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 6.402.668,58 (Seis milhões, quatrocentos e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme planilha constante do DFD, ao qual este Estudo Técnico Preliminar faz expressa remissão.

O valor apresentado possui caráter referencial, destinando-se ao adequado planejamento da contratação, podendo sofrer ajustes na fase externa do certame, em função da dinâmica do mercado.

Por fim, consigna-se que a estimativa apresentada mostra-se compatível com os valores praticados em aquisições similares no âmbito da Administração Pública, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme artigo 40, inciso V, alínea "b", da Lei n. 14.133/2021:

"Art. 40 O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

V - atendimento aos princípios:

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;"

Diante do exposto, ratifico que a divisão do objeto em itens é viável técnica e economicamente.

13. Descrição da solução como um todo

Trata-se da escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, sob demanda, de materiais de consumo de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço.**, utilizados nas Organizações de Saúde da Aeronáutica, para atendimento aos usuários do Sistema de Saúde da Aeronáutica, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no instrumento convocatório.

Em caso de divergência entre a especificação dos itens da Relação de Itens e a descrição dos itens na relação de CATMAT do COMPRASNET, prevalece a descrição dos itens constantes da Relação de Itens - Anexo do Termo de Referência.

13.1 Justificativa para Adoção do Sistema de Registro de Preços - Consoante ao disposto no artigo 3º, nos incisos II, III e V do Decreto nº 11.462 /2023, o Sistema de Registro de Preços, para a aquisição de materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço**, deve ser adotado em vista do caráter parcelado, sob demanda, pela conveniência de atendimento das diferentes unidades do SISAU e a impossibilidade de previsão exata do quantitativo a ser contratado, o que acarreta na utilização desse sistema que otimiza os créditos disponibilizados durante o ano fiscal para os Órgãos Requisitantes.

13.2 Declaração de Não Enquadramento em Atividade de Custeio - Como cediço, a celebração de novos contratos administrativos relativos a atividades de custeio, bem como a prorrogação daqueles em vigor estão sujeitas aos limites e instâncias de governança impostos pelo art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

Em acréscimo, o art. 1º, § 1º, da Portaria nº 524/GC4, de 27 de junho de 2023, do Comando da Aeronáutica, define as atividades de custeio nos termos seguintes: As atividades de custeio devem ser entendidas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

1. fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;
2. as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;
3. realização de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

4. aquisição, locação e reformas de imóveis; e

5. aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos. (grifo nosso)

Pelo exposto, conclui-se que o objeto deste processo, o registro de preços para aquisição de materiais de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço**, para o SISAU, **NÃO** se enquadra em atividade de custeio, dispensando, portanto, o cumprimento das imposições legais correspondentes.

13.3 Da garantia de execução - Tendo em vista a aquisição tratar-se de itens de prateleira para manutenção dos estoques de segurança não se faz necessária a previsão de garantia contratual.

13.4 Da garantia contratual de bens - Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente aquisição.

13.5 Do Índice de reajuste contratual - Sabe-se que a inflação significa um aumento generalizado dos preços na economia. Para mensurá-la são construídos índices de preços que tomam uma média de diversos preços de modo a resumi-los em um único número. Dessa maneira, a inflação é um parâmetro útil não apenas para definição de políticas econômicas e monetárias, como também para negociação de reajustes salariais, para avaliação dos efeitos de transmissão/encadeamento dos preços de bens essenciais sobre preços de outros seguimentos.

Os índices de preços podem diferir de várias maneiras, destacando-se as diferenças na cesta de bens e serviços tomada como referência. Nesse cenário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em janeiro de 1980, busca medir a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumida pela população de uma maneira mais ampla.

De acordo, com o IBGE, o IPCA é índice oficial de inflação do Brasil, sendo ele, portanto, referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros.

Sendo assim, será utilizado o índice IPCA/IBGE para a realização dos reajustes anuais de preços, não se afastando da constante análise da vantagem econômica.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php#%3A~%3Atext%3DComo%20ele%20%C3%A9%20calculado%25>

14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se Aplica.

15. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme orienta o Módulo 5 do Manual Eletrônico de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas (Manual H), parte integrante do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA-e), a obtenção de bens e serviços específicos são aqueles classificados pelo Ordenador de Despesas como necessários ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira, e encontra se concentrada no **Centro de Aquisições Específicas (CAE)**. Nesse sentido, considerando a natureza do objeto e em atendimento às demandas centralizadas pelo órgão requisitante, o CAE será o órgão gerenciador, responsável pela **formalização da contratação** e pela **execução da despesa**.

Em face à instrução processual, observa-se o alinhamento entre a contratação e o planejamento, em atenção à Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 11-1) publicada por meio da PORTARIA EMAER Nº 35/6SC, DE 05 DE JUNHO DE 2020, que versa sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica, das orientações contidas no Manual Eletrônico de Contratações Públicas (Manual I) do RADA-e e ao planejamento deste órgão requisitante, relativo ao exercício do corrente ano e adequado ao Programa de Trabalho Anual (PTA). Dessa forma, a contratação apresenta plena coerência com os instrumentos formais de planejamento da Administração, em especial o PCA 2026, conforme registrado no Termo de Referência vinculado à contratação no **322/2026**.

Ademais, no âmbito dos processos recorrentes de aquisição na área da saúde, a DIRSA designa **Comissão de Avaliação Técnica (COAT)** específica para **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço**, composta por profissionais que detém conhecimento técnico e experiência na área assistencial correlata ao objeto a ser contratado, a qual atua de forma permanente e integrada ao processo de contratação. Compete à COAT a condução

das atividades voltadas ao planejamento da contratação e todo o suporte técnico necessário durante a fase de seleção de fornecedores, quando demandado pelos agentes de contratação designados pelo CAE, sem prejuízo das competências legais e administrativas a eles atribuídas.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a presente aquisição de Material de **Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço**, tem por finalidade viabilizar cirurgias e tratamento adequado de todos os pacientes do Sistema de Saúde da Aeronáutica, nas Organizações de Saúde do Comando da Aeronáutica.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Para mitigar os possíveis impactos ambientais, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013. Conforme disposto no art. 3º, V deste Decreto, as empresas deverão dispor de meios capazes de prevenir, eliminar ou reduzir riscos ambientais decorrentes das atividades exercidas pelo estabelecimento que tenham efeitos nocivos à saúde.

Os resíduos de saúde devem obedecer ao preconizado pelo PGRSS, no que concerne à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final protegendo à saúde pública e ao meio ambiente sustentável para tanto a base legal é a RDC/ANVISA Nº 222/2018 e resoluções do CONAMA e CENEN.

O Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde no atendimento de sua operacionalidade deve atender às determinações das rotinas operacionais das Comissões de Infecção Hospitalar (CCIH) e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), das Unidades de Saúde que compõe o Sistema de Saúde do COMAER.

Os veículos para transporte de insumos gerados nos Serviços de Saúde devem obedecer às normas técnicas e resoluções para cada tipo de produto emanados da ANVISA, CONAMA e CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear).

Os resíduos pertencentes ao Grupo B do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 conforme o grau de periculosidade descrito na Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos-FISPQ, deve ser submetido a tratamento e disposição final quando não forem reutilizados em processos de recuperação ou reciclagem. Os produtos quando forem fornecidos pela contratada devem vir acompanhados da FISPQ específica.

Não obstante às obrigações da contratada, a contratante também possui obrigações quanto ao descarte de resíduos. O descarte de resíduos sólidos e químicos, dos materiais com validade expirada sem carta de comprometimento de troca, será realizado pela contratante por meio de contrato com empresas especializadas no correto descarte e incineração de resíduos sólidos.

18. Regime de Comodato

Devido a variedade de fabricantes e incompatibilidade de produtos, a utilização de produtos em comodato visa a otimização do pregão, em diversos pontos:

- Redução de gastos com aquisição de produtos de mesma função e compatibilidade diferentes.
- Redução de gastos com manutenção.
- Redução na aquisição recorrente de equipamentos com grande atualização científica.
- Diminuição no impacto aos usuários devido a atrasos e cancelamentos em cirurgias de grande volume nas instituições da FAB.

Os equipamentos em comodato relacionados na tabela deverão estar disponíveis para data da cirurgia em concomitância aos materiais descartáveis. Possibilitando o número de cirurgias determinadas naquela data.

Assim, esta COAT esclarece a previsão de fornecimento de dispositivos em comodato por ocasião do fornecimento dos insumos por parte da licitante vencedora, conforme exposto no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIPTIVO	REQUISITO MÍNIMO DO EQUIPAMENTO
01 - FIBRA ÓPTICA	Equipamento gerador do Laser Diodo	O equipamento gerador do Laser Diodo deverá ser fornecido, em comodato, com técnico habilitado para operá-lo durante o procedimento, bem como os óculos protetores para a equipe cirúrgica. O uso desse equipamento de laser Diodo é esporádico, em procedimentos cirúrgicos com marcação prévia, e os óculos protetores em questão são EPI específicos para o uso durante o procedimento com laser. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material
07 - LÂMINA	Motor e peça de mão para o Shave	O fornecedor deverá, obrigatoriamente, trazer o motor, peça de mão e as demais peças necessárias para o funcionamento adequado das lâminas de Shaver, bem como técnico habilitado para operar o equipamento. O equipamento é utilizado em cirurgias eletivas, com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão de técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.
08 -CÂNULAS ENDOSCOPIA ENDONASAL	Óticas de 30°, de 70° e caixa cirúrgica	O fornecedor deverá, obrigatoriamente, fornecer o equipamento cirúrgico necessário para o funcionamento adequado deste material. O uso desse equipamento é para procedimentos cirúrgicos eletivos, com marcação prévia. Diante disso, não há

	de apoio	necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.
17- APARELHO MONITORAMENTO INTRA-OPERATÓRIO	MONITOR DE NERVO FACIAL	O equipamento para monitoramento deverá ser fornecido, em comodato, com técnico habilitado para operá-lo durante o procedimento. O uso desse equipamento de é esporádico, em procedimentos cirúrgicos com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.
20 - Ponteiras para manopla Kerrison	MANOPLA PARA KERRISON	O fornecedor deverá, obrigatoriamente, fornecer a manopla e as peças necessárias para o funcionamento adequado deste material, bem como técnico habilitado para operar o equipamento. O uso desse equipamento de é para procedimentos cirúrgicos eletivos, com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.
21 - Brocas esféricas cortante	MOTOR E CANETA DE MASTOIDE	O fornecedor deverá, obrigatoriamente, fornecer o motor e caneta para o funcionamento adequado deste material. O uso desse equipamento é para procedimentos cirúrgicos eletivos, com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.
24 - CONJUNTO INSTRUMENTAL CIRURGICO PARA, ADENOAMIDALECTOMIA	Ótica de 70º e caixa cirúrgica de apoio	O fornecedor deverá, obrigatoriamente, fornecer o equipamento cirúrgico necessário para o funcionamento adequado deste material. O uso desse equipamento é para procedimentos cirúrgicos eletivos, com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às

		custas da empresa contratada para fornecimento do material.
25 - Aparelho de monitoramento intra-operatório	MONITOR DE NERVO LARINGEO	O equipamento para monitoramento deverá ser fornecido, em comodato, com técnico habilitado para operá-lo durante o procedimento. O uso desse equipamento de é esporádico, em procedimentos cirúrgicos com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.
26 - LAMINA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	EQUIPAMENTO GERADOR DE ENERGIA	O fornecedor deverá, obrigatoriamente, fornecer o equipamento cirúrgico necessário para o funcionamento adequado deste material. O uso desse equipamento é para procedimentos cirúrgicos eletivos, com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.
28 - CONJUNTO INSTRUMENTAL PARA COAGULAÇÃO	Ótica de 70° e caixa cirúrgica de apoio	O fornecedor deverá, obrigatoriamente, fornecer o equipamento cirúrgico necessário para o funcionamento adequado deste material. O uso desse equipamento é para procedimentos cirúrgicos eletivos, com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.
29 - CONJUNTO INSTRUMENTAL COM IRRIGAÇÃO	Ótica de 70° e caixa cirúrgica de apoio	O fornecedor deverá, obrigatoriamente, fornecer o equipamento cirúrgico necessário para o funcionamento adequado deste material. O uso desse equipamento é para procedimentos cirúrgicos eletivos, com marcação prévia. Diante disso, não há necessidade de prontidão técnico habilitado, e ressaltamos que não existe custo para o equipamento em comodato e nem para o técnico habilitado. Tais encargos ficam às custas da empresa contratada para fornecimento do material.

19. Providências a serem Adotadas

As Organizações de Saúde participantes da presente contratação designarão Comissões responsáveis pela fiscalização da execução do contrato e o devido recebimento dos materiais em questão, para sanar eventuais óbices e garantir que a entrega esteja em conformidade com as especificações do Termo de Referência.

Não foram evidenciadas necessidades de adequações no ambiente do Órgão.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JONATANS PARADA SILVA

Presidente da Comissão Técnica

MANUELA SALVADOR MOSCIARO GLATT

Membro da Comissão Técnica

CRISTIANE GONCALVES DA SILVA

Membro da Comissão Técnica

ALEXANDRE DE ARAUJO MELO

Autoridade competente

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

Além disso, o Estudo Preliminar trouxe informações importantes acerca da necessidade de eventual e futura aquisição de materiais para **Seção de Otorrinolaringologia** para as Organizações do Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU).

A presente aquisição dar-se-á mediante registro de preços, pois proporcionará uma eficiência administrativa por se tratar de uma demanda imprevisível quanto a sua utilização.

Pelos motivos técnicos e operacionais apresentados, torna-se peremptória a aquisição dos materiais em questão.

Desta forma, conforme elementos contidos no presente Estudo Preliminar para a aquisição de materiais para a **Seção de Otorrinolaringologia**, esta Comissão, por intermédio dos membros elencados abaixo, declara tal aquisição como viável.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP 149/2025
Data/Hora de Criação:	28/04/2026 17:48:18
Páginas do Documento:	14
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	15
Hash MD5:	7d09b577f18f3f8b9cfd848057c174e5
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap CRISTIANE GONÇALVES DA SILVA no dia 29/04/2026 às 10:37:27 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap MANUELA SALVADOR MOSCIARO GLATT no dia 29/04/2026 às 11:39:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major JÔNATANS PARADA SILVA no dia 29/04/2026 às 14:03:05 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Brig Med ALEXANDRE DE ARAUJO MELO no dia 30/04/2026 às 12:22:13 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO